

## **PRIMEIRA PARTE**



# 1. Ciências Naturais e Ciências Humanas

## 1.1. ORDEM HUMANA E A NATUREZA

É notória a afirmação de que a humanidade ocupa, no universo, um lugar diferenciado que é, ao mesmo tempo, pertencente e apartado da ordem física ou natural: somos seres vivos e, como tal, sujeitos às leis físico-químicas e às propriedades dos sistemas biológicos que definem a natureza, mas também aparentemente autônomos em relação à natureza tendo em vista que nossas ações e realizações, que se constituem e ganham significação na história, podem ser vistas como imprevisíveis, já que motivadas pelas nossas intenções e crenças.

Diante de nossa condição peculiar, certo número de posturas teóricas é possível com vistas a estabelecer conhecimento ou racionalidade acerca do que Comte (1983, p.215) nomeou de ordem humana. Todas elas são obrigadas, evidentemente, a tomar partido acerca de temas fundamentais da filosofia da ciência ou da epistemologia. O primeiro desses temas diz respeito a que propriedades são suficientes para que seja atribuído a um conhecimento o estatuto de ciência.

Como se sabe, durante o século XIX, a produção de conhecimento teve como uma de suas características centrais o debate acerca da dicotomia natureza e história. Como veremos na seção

1.2, tendo por base a visão historicista de Dilthey, discute-se, mais precisamente, se é justificável considerar que as ações humanas, que geram história, nos oferecem inteligibilidade, podendo, assim, ser tomadas como objeto de estudo de forma autônoma em relação às restrições devido às propriedades biofísicas dos seres humanos que, ainda que parcialmente, as condicionam. A partir do que acaba de ser exposto, podemos colocar as duas indagações seguintes:

- (4) O modelo das ciências da natureza, em especial, o da física, é aplicável à ordem humana, ou, dito de outra maneira, existe uma regularidade nos fatos humanos que pode ser estabelecida, ainda que como meta, objetivamente ou cientificamente, nos moldes da física?
- (5) Essa regularidade pode ser alcançada na medida em que os fatos humanos se submetem à determinação dos fatos da natureza ou existe uma ordem dos fatos humanos que não faz parte da natureza, mas que dispõe de ordenação própria a qual é tratável por meio do que caracteriza uma disciplina científica?

Dito de outra maneira, contidas nessas questões está, como se vê, a possibilidade de pensarmos se a totalidade dos fatos humanos pode, ou não, tornar-se objeto de conhecimento à maneira das ciências da natureza, ou se é o caso de se proceder a uma triagem de forma a distinguir domínios no interior desses fatos que podem e que não podem ser tratados por meio da maneira apontada.

Precisamos de início caracterizar as propriedades que definem o modo da física de tratar seu objeto, isto é, explicitar em que sentido a física é vista como modelo de ciência a ser replicado. Após isso, estaremos em condição de averiguar a aplicabilidade desse modelo à totalidade ou à parte dos fenômenos que identificam a ordem humana.

## 1.2. A ESPECIFICIDADE DAS CIÊNCIAS HUMANAS NA VISÃO DE DILTHEY (1942 [1883])

Como já dito, as práticas filosóficas e científicas do século XIX sustentaram, como diretriz central, que realizar a historicidade dos fenômenos é o procedimento fundamental, que conduz à inteligibilidade dos objetos de conhecimento. As principais teorias ou “descobertas” científicas do período atestam o que acabamos de afirmar de maneira incontestável.

É preciso, no entanto, esclarecer de que se trata quando o termo história é empregado. Ao se interrogar sobre o significado da história da Filosofia, Hegel, que é, evidentemente, o autor mais lembrado quando se pensa no papel da disciplina na produção de conhecimento do século XIX, se opõe ao “comportamento puramente histórico” (HEGEL, 1996 [1886], p.232 [tradução nossa]). Este seria uma atitude que nos leva a nos ocupar do passado enquanto tal, como um relato de fatos, de maneira erudita. Para ele, a história é um instrumento primordial, porque constitui um vetor essencial da busca da verdade na concepção da filosofia, o que supõe que a própria história da Filosofia se estabelece racionalmente.

Para Hegel, inspirado então pela visão cartesiana mecanicista da natureza, a história enquanto realização do espírito, no sentido grego, depende da atividade do pensamento, mas a natureza é radicalmente diferente na medida em que ela própria não dispõe de pensamento que estabeleça sua racionalidade. Ela se repete indefinidamente, retomando constantemente os mesmos ciclos. Em outras palavras, a natureza não dispõe de história. Vejamos como o próprio autor se exprime: “Na natureza, as mudanças, qualquer que seja sua diversidade infinita, mostram um ciclo que sempre se

---

1 “*das rein historische Verhalten*”.

repete: nada de novo sob o sol e, nesse sentido, o jogo polimorfo das formas naturais não é isento de monotonia”<sup>2</sup> (HEGEL, 1965, p.177 apud GÉRARD, 2008, p.24 [tradução nossa]).

Tudo se passa diferentemente em relação à história na qual o tempo não é apenas o desenrolar dos acontecimentos e, sim, um dos modos de exteriorização do que é nomeado espírito<sup>3</sup>. É preciso, assim, distinguir a temporalidade natural e a temporalidade histórica: o desenvolvimento da temporalidade natural é globalmente submetido à sua própria ordem, sem verdadeiro enriquecimento ou alteração. Os processos naturais se caracterizam por sua estabilidade, sem que haja de fato uma resistência ao seu estabelecimento. No caso da temporalidade histórica do espírito, pelo contrário, há alteração e progressividade constantes e, além disso, um retorno nunca é uma volta ao mesmo ponto.

Como se sabe, essas ideias foram influentes no desenrolar do século XIX, mantendo-se atuantes mesmo quando a meta era superar o idealismo hegeliano. Uma das tendências teóricas do período foi a escola histórica alemã, conhecida também por historicismo ou historicismo (REIS, 2003), cujo proponente mais notável foi Dilthey.

Dilthey participa, desta forma, de uma das correntes de pensamento que se opõe ao idealismo alemão e, para isso, retoma a história, mas não na perspectiva teleológica hegeliana. Para o teórico das Ciências Humanas, que se baseia nas intuições de Vico, a história é uma frente de resistência à metafísica e tem como meta descrever os eventos do mundo humano datado e vivido, localizado no tempo/espço. Como é sabido, o desenvolvimento desta concep-

---

2 “*Dans la nature, les changements quelle qu'en soit la diversité infinie, montrent un cycle qui toujours se répète: rien de nouveau sous le soleil, et en ce sens le jeu polymorphe des formes naturelles n'est pas exempt de monotonie*”.

3 A noção de espírito inclui a conjunção do universal e do particular em ato (BOURGEOIS, 2004).

ção permitiu a Dilthey, como já apontado, propor sua demarcação dos campos das Ciências da Natureza e das Ciências Humanas ou do Espírito. Já que a ação humana não pode ser prevista pela via da natureza; os campos teóricos que se ocupam do homem dispõem de autonomia epistemológica, devendo ser metodologicamente distintos das ciências da natureza.

Ainda que proponha demarcar as Ciências Humanas e as Ciências naturais, Dilthey admite que essa tarefa não pode ser cumprida com o abandono da natureza. Vejamos as palavras do próprio autor (DILTHEY, 1942 [1883], p.14 [tradução nossa]): “Uma teoria que quer descrever e analisar os fatos históricos e sociais não pode fazer abstração do caráter total da natureza humana e se limitar exclusivamente aos fatos do espírito”<sup>4</sup>.

Para ele, os fatos de ordem espiritual constituem o limite superior dos fatos de ordem natural, ou seja, os fatos naturais constituem as condições inferiores, ou o suporte, da vida espiritual. Dentre os exemplos citados, há as leis da produção de sons que estão na “base de uma boa parte da gramática e da teoria musical”<sup>5</sup> assim como “as entidades psico-físicas”<sup>6</sup>, que só podem ser estudadas com a ajuda da biologia (DILTHEY, 1942 [1883], p.30-31).

No entanto, para o filósofo, mesmo que a base natural fosse inteiramente inteligível, não nos permitiria a compreensão do que é essencial do mundo espiritual. Dentre as razões dessa visão dos fatos, encontra-se o que já vimos nas breves colocações acima de Hegel:

---

4 “Une théorie qui veut décrire et analyser les faits historiques et sociaux ne peut pas faire abstraction du caractère total de la nature humaine et se borner aux seuls faits de l'esprit.”

5 “base d'une bonne partie de la grammaire e de la théorie musicale”.

6 “les entités psycho-physiques”.

No reino da história, os atos de vontade – ao contrário das mudanças que se operam na natureza de acordo com uma ordem mecânica e que desde o princípio limitam todas as consequências que se seguirão – graças a um dispêndio de energia e a sacrifícios cuja importância permanece sempre presente para o indivíduo como um fato de experiência, acabam por produzir o novo e sua ação provoca uma evolução tanto da pessoa quanto da humanidade. Eles ultrapassam, no que concerne à nossa consciência, a repetição automática e vã dos fatos naturais<sup>7</sup> (DILTHEY, 1942 [1883], p.15-16 [tradução nossa]).

Além da diferença fundamental, que pode ser sintetizada como a possibilidade de produção do novo no caso da história, mas não em relação à natureza, Dilthey oferece outra justificativa para distinguir os dois tipos de ciências.

O argumento desenvolvido pelo autor leva em conta a relação entre os eventos naturais do mundo e os fatos psicofísicos correspondentes. Ele coloca a questão da seguinte maneira:

As ciências naturais analisam as coordenações causais de encadeamento de fatos naturais. Lá onde essa análise atinge os pontos, um fato material ou uma modificação da matéria que se acham regularmente ligados a um fato psíquico ou a uma modificação psíquica (...), só se pode constatar a regularidade dessas correlações sem poder lhes aplicar o nome de relação de causa e efeito<sup>8</sup> (DILTHEY, 1942 [1883], p.27 [tradução nossa]).

---

7 “Dans le règne de l'histoire, les actes de volonté – au contraire des changements qui s'opèrent dans la nature selon un ordre mécanique et qui dès le principe renferment toutes les conséquences qui suivront – les actes de volonté, grâce à une dépense d'énergie et à des sacrifices dont l'importance reste toujours présente à l'individu comme un fait d'expérience, finissent par produire du nouveau et leur action entraîne une évolution tant de la personne que de l'humanité. Ils dépassent, aux regards de notre conscience, la répétition automatique et vaine des faits naturels”.

8 “Les sciences naturelles analysent les coordinations causales des enchaînements de faits naturels. Là où cette analyse atteint les points ou un fait matériel ou une modification de la matière qui se trouvent régulièrement liés à un fait psychique ou à une



Nesse trecho, Dilthey, ao fazer referência à questão da relação entre eventos externos, do mundo, e seus correspondentes mentais ou psicológicos, afirma a impossibilidade, ou não validade, de tornar inteligível o mundo mental por meio de sua correspondência com o mundo natural que o provoca. Para ele, portanto, “as relações do material e do psíquico escapam à categoria da causalidade e a uma concepção causal do mundo”<sup>9</sup> (DILTHEY, 1942 [1883], p.27). Tratar-se-ia, enfim, de mundos paralelos, o que os tornaria relativamente autônomos, sem que haja entre eles uma relação de causa e efeito. A não causalidade diz respeito, sobretudo, à ausência de controle externo, ou seja, os estímulos externos não garantem, necessariamente, determinadas representações mentais ou mesmo ações humanas.

Por outro lado, é preciso estar atentos para o fato de que a autonomia identificada não quer dizer que não haja relação alguma entre os dois domínios e, sim, que a inteligibilidade dos dois domínios, no que têm de essencial, faz-se no interior do próprio domínio. Dilthey reconhece, evidentemente, como vimos nos exemplos acima acerca das leis do som, que o conhecimento do mundo espiritual, em certos aspectos, é dependente da inteligibilidade da natureza.

Como, então, entender esse essencial do mundo espiritual cuja inteligibilidade pode se passar de seu substrato natural?

Ainda que subordinados às restrições do mundo natural, o homem realiza atos de vontade de natureza intencional, o que coloca em jogo a noção de finalidade. Assim, ainda que a consecução de nossas intenções seja limitada pelo mundo, as leis da natureza não conseguem tornar previsíveis os atos de vontade humanos.

---

*modification psychique (...), on ne peut que constater la régularité de ces rapports sans pouvoir appliquer à cette relation le nom de relation de cause à effet”.*

9 “*les rapports du matériel et du psychique échappent à la catégorie de la causalité et à une conception causale du monde*”.

A caracterização da oposição ou descontinuidade entre os dois domínios do conhecimento passa enfim por uma diferenciação adicional da natureza dos objetos de estudos. Os objetos naturais não são concebidos subjetivamente, ou seja, embora nossa concepção sobre eles possa mudar e fazer parte da história, os próprios objetos naturais não dependem de nossa concepção subjetiva em relação a eles; são exteriores a nós<sup>10</sup>. Tudo, é claro, de acordo com Dilthey, se passa diferentemente no caso dos objetos das Ciências Humanas: o conjunto da vida psíquica é uma totalidade interna, articulada, de sentido, que se oferece à interpretação e à compreensão e, em relação às quais, somos, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de conhecimento. Como conclusão, é a nossa subjetividade, que gera atos de vontade, parcialmente independentes de estímulos externos, resultando em história; o que não ocorre no caso da natureza.

Essa breve exposição das concepções de cientificidade do século XIX não é nada inútil e não aparece aqui, portanto, apenas a título de resgate do já pensado com função ilustrativa. Na realidade, os temas sobre os quais nos debruçaremos e parte das posturas teóricas posteriores nas filosofias da ciência e da mente encontram-se delineadas na abordagem de Dilthey, permanecendo, portanto, atuais e relevantes. Esclarecer que posturas são essas é fundamental na sequência do texto e no cotejo que traçaremos entre essas posturas e as escolhas epistemológicas dos dois quadros da teoria linguística de que nos ocupamos.

Dessa forma, note-se, inicialmente, que Dilthey aborda a questão da demarcação dos dois tipos de ciências afirmando a autono-

---

10 No entanto, na física contemporânea, discute-se a validade da concepção de um antagonismo real entre o sujeito de conhecimento e o objeto a ser conhecido. O que é invariante não é mais aquilo que é imutável e sim “a identidade para toda uma classe de observadores” (MERLEAU-PONTY, 1965, p.184 [tradução nossa de: “*l’identité pour toute une classe d’observateurs*”]); (BOHR, 1953, 1991; CHEVALLEY, 2000).

mia das Ciências Humanas no que tange à natureza do seu objeto de estudo e suas especificidades metodológicas. Ora, exploraremos em detalhes adiante, a plausibilidade da proposta de arrolar a Gramaticalização como uma disciplina do campo das Ciências Humanas enquanto a Gramática Gerativa, derivada das Ciências Cognitivas, poderá ser concebida no campo das Ciências da Natureza, já que, como veremos, reivindica seu pertencimento ao naturalismo; cada teoria, portanto, com seus objetos de estudos distintos e autônomos. Complementar a essa discussão é saber se, metodologicamente, há plausibilidade ou não de traçar, também aí, uma distinção entre os dois campos. Se essas escolhas forem legítimas e justificáveis e a resposta for negativa, estaremos, portanto, optando por uma das saídas possíveis para as questões formuladas em (1-3), ou seja, dito de outra maneira, mantendo a distinção entre o que é da ordem do humano e o que é da ordem do natural, mas admitindo que o que é do humano pode encontrar um tratamento objetivo nos moldes do que é natural.

Também a ideia de Dilthey de que há um substrato físico do que se chamava de espírito, o qual podemos entender, por hora, como o psíquico, permanece contemporânea na filosofia da mente; e a pergunta sobre que tipo de relação há entre os dois domínios continua no cerne do debate atual e é amplamente discutida por inúmeros autores, podendo-se citar, por exemplo, Davidson (1970), com a sua proposta do monismo anômalo. Levaremos em conta essa discussão no exame da inclusão da Gramaticalização e da Gramática Gerativa nos dois campos supramencionados. Em terceiro lugar, será de grande proveito, igualmente, o debate acerca de se as propriedades de cada campo teórico são previstas no interior do próprio campo, o que supõe autonomia, ou se são causalmente determinadas pelo campo de nível hierárquico inferior; ou ainda se há uma correlação nomológica entre entidades de níveis hierárquicos

distintos. A questão dos níveis hierárquicos de campos científicos esteve no centro da discussão sobre o reducionismo nas propostas de, dentre outros, Oppenheim e Putnam (1980 [1958]) e Fodor (1974). Esses pontos serão retomados, já que pretendemos discutir se os fenômenos descritos e analisados pela Gramaticalização podem ser situados num nível superior em relação aos fenômenos descritos e analisados pela Gramática Gerativa, os quais funcionariam como substratos de nível inferior. Como se vê, torna-se agora um pouco mais claro em que sentido queremos pensar a possibilidade de os construtos teóricos do gerativismo serem causalmente determinantes no que tange aos construtos teóricos da Gramaticalização. Por fim, veremos que a definição do programa de pesquisa da Gramaticalização passa pela admissão, que exige, no entanto, uma abordagem objetiva, do que diz Dilthey acerca da imprevisibilidade dos atos humanos e do papel da subjetividade. Será, assim, de grande proveito uma discussão sobre a noção de intencionalidade e de suas implicações teóricas. Percebe-se, deste modo, que o desenvolvimento de todos esses temas é crucial em relação às respostas que daremos às questões (1-3).

Dando prosseguimento ao nosso projeto, a discussão sobre as propriedades inequívocas do que constitui conhecimento científico e a validade da distinção entre Ciências Naturais e Ciências Humanas adentra, como é notório, o século XX, encontrando, na corrente filosófica do empirismo lógico ou neopositivismo, um questionamento seminal que moldou a visão contemporânea sobre esses temas. Vejamos, assim, na seção seguinte, o detalhamento da contribuição dos autores do Círculo de Viena e de suas implicações em relação aos nossos objetivos.

## **REVISÃO**

Bruna Toso

## **CAPA E PROJETO GRÁFICO**

Estúdio Guayabo

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Vitral, Lorenzo

Gramaticalização e gramática gerativa [livro eletrônico] :  
fundamentação, o problema mente/corpo e domínios de validade  
/ Lorenzo Vitral. – Campinas, SP : Editora da Abralín, 2021. -- (Altos  
estudos em linguística)  
PDF

Bibliografia.

ISBN 978-85-68990-04-9

1. Epistemologia 2. Gramática gerativa 3. Gramaticalização  
4. Linguística 5. Pragmática I. Título. II. Série.

21-81227

CDD-410

---

### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Linguística 410

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

DOI 10.25189/9788568990049